

TRANSDISCIPLINARIDADE: RELAÇÕES FECUNDAS ENTRE PSICANÁLISE E MEMÓRIA SOCIAL

*Rejane de Moura Nunes**

*Denise Maurano***

RESUMO:

A discussão acerca das ordens disciplinares presentes na sociedade diz respeito tanto às questões ideológicas e políticas, quanto aos arranjos subjetivos a elas ancorados; portanto, propomos discutir as construções históricas de nossa sociedade e a estruturação psíquica dos sujeitos que a compõem enquanto dimensões inerentes umas às outras, utilizando-nos das considerações advindas do campo da Memória Social como fecundas para essa interface. Para tal, trazemos a crítica acerca da posição disciplinar ao cerne da prática em Saúde Mental, operação que abriga o paradoxo de reproduzir os discursos valorados socialmente, mas que tem como ofício o manejo das singularidades, muitas vezes apartadas do pacto social, mas passíveis de acolhimento pela clínica psicanalítica, de onde constatamos os efeitos das produções inconscientes nos discursos.

PALAVRAS-CHAVE: Memória Social. Subjetividade. Psicanálise.

*Psicóloga formada pela UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, Psicanalista, Especializada em Saúde Mental, Especializada em Reinserção Psicossocial e Organização de Serviços pelo Ministério da Saúde, Mestre em Psicanálise pela UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa Interdisciplinar de Memória Social da UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Psicóloga clínica do Instituto Municipal Philippe Pinel. Av. Venceslau Brás, 65. Botafogo, RJ. CEP 22290-140. Tel.: (21)2542-3049. E-mail: rejane.lirios@gmail.com. 2 Possui graduação em
**Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestrado em Filosofia pela Universidade Gama Filho, Diplôme D'études Approfondues en Philosophie e doutorado em Philosophie - Université de Paris XII (Paris-Val-de-Marne); doutorado em Filosofia e pós-doutorado em Letras(2004) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). dmaurano@corpofreudiano.com.br

Introdução

A discussão que envolve a multi, inter ou transdisciplinaridade¹ vem sendo questão em nossa prática clínica, uma vez que a subjetividade enquanto objeto de pesquisa apresenta uma complexidade inesgotável, frente ao qual não teríamos a pretensão de abarcar nem com um, e nem com vários saberes que fossem definitivos em sua abordagem.

No que diz respeito às diversas vertentes de saber que circulam na instituição de Saúde Mental, Jurandir Freire Costa subdivide as “éticas da psiquiatria” em “ética da tutela”, “ética da interlocução” e “ética da ação social”. Na primeira, fisicalista, o indivíduo deve ser cuidado, pois é privado de razão e de vontade, assim como é definido juridicamente como “doente mental”. No que denomina “ética da interlocução”, o sujeito é considerado possuidor de um discurso competente, porém esta vertente demonstraria pouco interesse pela ordem social. Já a “ética do cidadão”, “...quase que faz equivaler virtudes políticas e terapêuticas, francamente assimiladas ao que seria uma ação política real” (COSTA, 1996:31). Para o autor, nenhuma delas é, em si, ruim; apenas seriam adequadas em momentos diversos.

Em outras palavras, trata-se de evidenciar que a decisão de optarmos por um ou outro tipo de intervenção, nos torna responsáveis por seus efeitos, no sentido de que toda escolha inclui uma perda, no ato mesmo da escolha e não é possível evitá-la.

Jô Gondar (2005), a respeito da discussão da transdisciplinaridade pertinente ao campo e ao conceito de Memória Social, coloca que quaisquer perspectivas que adotemos será parcial e trará suas implicações éticas e políticas. Para apontar a importância dos pontos de discordância, exemplifica as perspectivas conferidas à memória em Maurice Halbwachs, que a associa à manutenção de valores de um grupo e Michael Foucault, que faz da memória instrumento privilegiado de transformação social. Em ambos os casos, a memória seria entendida como “construção”, mas na primeira perspectiva, haveria uma ênfase no construído (instituído), onde importaria menos a instabilidade, a diferença, o confronto. No entanto, a autora propõe justamente

¹ Na multidisciplinaridade, as disciplinas distintas visam um mesmo objeto; na interdisciplinaridade as disciplinas permanecem diferenciadas a partir de uma ordem disciplinar mas se colocam em diálogo, visando o consenso; na transdisciplinaridade coloca-se a própria ordem disciplinar em questão, criando um novo objeto.

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

a dimensão processual dessa construção enquanto “devir”, mais do que aquilo que dela resulta. Desta maneira, os jogos de forças compareceriam em tensões permanentes, por exemplo, o paradoxo sustentado entre identidade e alteridade em Freud, que Gondar destaca dentre os autores que enfatizam a dimensão processual da memória.

Ao falarmos das várias éticas e discursos, visamos localizar a relação da Psicanálise com outros campos do saber.

No que diz respeito ao que determina a adesão a diferentes paradigmas, nas Conferências Introdutórias, especificamente na intitulada “Psicanálise e psiquiatria” (FREUD, 1916-1917: 291), Freud atenta para os “motivos altamente pessoais que motivam as controvérsias científicas”, remetendo-nos curiosamente à dimensão da produção de um saber, que seria sempre particular.

Na teoria lacaniana, encontramos a proposição sistematizada de uma ética própria à especificidade da psicanálise e que se opõe às especialidades na clínica da Saúde Mental:

Em sua ética a Psicanálise interdita a especialidade, pois está referida a um saber sobre o qual não se tem conhecimento e toma o sujeito, dividido (...) como baliza de seu trabalho. Assim, não somente assume sua condição de ‘saber não saber’ mas, no nível institucional, retira das outras áreas o caráter de especialidade: se é o sujeito que aponta a direção do trabalho, não há um saber prévio e empírico sobre ele” (Elia, L., Costa, R., Pinto, R., 2005: 129-30).

Podemos trazer a consideração acerca do sujeito como aquele que diz de um “saber não sabido” ou seja, inconsciente, para a nossa discussão sobre os diferentes saberes em jogo nas instituições de Saúde Mental, o que, por si só, já interroga a ordem disciplinar. É preciso lembrar que os saberes são construções contextualizadas e não verdades absolutas aguardando constatação. Calcam-se em uma noção de realidade a ser compartilhada.

No texto “A perda da realidade na neurose e na psicose” (FREUD, 1924:207), como o próprio título diz, Freud declara que sempre há uma substituição da realidade. Quando esta se apresenta insuportável, são forjadas outras realidades consoantes com as posições subjetivas dos sujeitos: seja na fantasia para a neurose, seja no delírio psicótico.

Lacan, ao longo de sua obra também aproxima neurose e psicose. Em sua primeira clínica (estruturalista), segundo Alvarenga (ALVARENGA in ZENONI,

2000:10), a neurose e a psicose são tratadas como estruturas que teriam funcionamentos distintos; na neurose haveria uma operação subjetiva que faltaria na psicose.² Na segunda clínica, continuísta, as estruturas passam a ser consideradas como formas diferentes do sujeito lidar com uma falta fundamental que existe para todo ser falante.

A versão continuísta não invalida o diagnóstico estrutural, mas acentua o que há em comum e de próximo entre as estruturas, possibilitando uma discussão ética fundamental acerca daquilo que não poderíamos considerar “*déficit*” (ou seja, devedor de um “bom funcionamento” qualquer, tomado como referência), mas “diferença”.

A Psicanálise portanto, nos diz de uma diferença absoluta, do vazio constitutivo de cada um de nós, no entanto relacionada intrinsecamente à alteridade, que se encontra tanto “fora” (algo estranho porque diferente de si mesmo) quanto “dentro”, pois haverá sempre algo de irrepresentável e que se desconhece a nosso próprio respeito.

A rigor, para a Psicanálise não haveria uma distinção exata de “dentro” e “fora” e nem seria pertinente utilizar o termo “indivíduo”, justamente por conceber o chamado sujeito como algo que ocorre em decorrência do encontro sempre parcial do humano com a linguagem. Se este encontro é “em parte”, nada poderia ter de “indivisível”.

Assim, o humano está sujeito à dimensão linguageira que o antecede (e portanto preexiste como algo externo) na qual está imerso desde seu nascimento. Esta estrutura de linguagem entretanto, o constitui intimamente, sendo o Sujeito falado e falante, mas nunca totalmente recoberto pelas palavras através das quais tenta definir-se, faltando sempre algo. Este ponto que resta desempenha uma função psíquica e permite que nos reinventemos constantemente enquanto sujeitos.

O vazio constitutivo de cada um de nós, segundo a Psicanálise permanece enquanto ponto enigmático e desempenha um papel estruturalmente fundante do psiquismo, ou seja, ponto em torno do qual se organizará. O encontramos em Freud relacionado ao trauma originário, ou seja, o trauma decorrente da perda do primeiro objeto de amor (primeira separação).

Lacan vai transpor esta operação para a falha estrutural da lógica significante, ao supor que não há uma associação fixa entre significante (o som da palavra) e significado (seu conceito) e que esta associação será feita a partir do encontro de cada um com a

² Esta operação subjetiva diz respeito ao “Nome-do-Pai” que seria o registro da figura paterna enquanto autoridade e alteridade, um significante primordial em torno do qual o psiquismo se organizará. Em O Seminário III, destinado às psicoses, e no XXIII, sobre o “*synthome*”, ficam postuladas as diferentes posições mencionadas (neurose e psicose), que faz uso ou prescinde deste significante do “Nome-do-Pai” enquanto eixo organizador.

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

linguagem. Assim supomos que também o universo da linguagem, com todos os seus possíveis desdobramentos na cultura, originalmente possui um ponto enigmático, um “sem sentido”, que servirá de “causa”, que sempre deixará “algo a desejar”.

Ao teorizar a respeito do “objeto a” psicanalítico, visamos percorrer justamente a relação da subjetividade de um sujeito com sua cultura. Retomando:

O “objeto a” é um conceito lacaniano que diz respeito a um processamento do objeto fundamentalmente perdido (*Das Ding*, a “Coisa” freudiana), na inauguração da relação do sujeito com a linguagem, a partir do trauma originário, acontecimento impossível de simbolizar.

Na obra freudiana, encontramos esta perda primária associada à primeira separação daquele que realiza a maternagem ou os primeiros cuidados do recém-nascido e que será seu primeiro objeto de amor, fadado à ausência, destinada a se repetir em cada ocasião em que a falta do objeto terá, para cada sujeito, que se resolver psiquicamente.

A hipótese freudiana para a fundação do psiquismo é de que, dada a prematuridade do humano, que o incapacita para responder às exigências da vida no momento de seu nascimento, faz com que esteja ligado desde sempre `aquele que lhe cuida e assegura a sobrevivência. Este cuidado ocorre através do investimento afetivo que possam lhe endereçar: o alimento, a proteção... o olhar atento a qualquer sinal, que passa então a ser visto e interpretado como pertencente `aquele meio. A suposição de que este e aquele som ou movimento possuem uma dimensão simbólica, ou seja, “querem dizer alguma coisa”, é que humaniza os de nossa espécie.

Todavia, também encontramos no texto freudiano que trata da angústia (FREUD, 1916-1917 [1915-1917]: 478) a alusão ao que não é simbolizado endereçando-nos a uma origem muito arcaica, que Freud remete à “herança filogenética”, ou seja, ligado mais à história da espécie do que à do indivíduo, chegando a postular em momentos posteriores de sua obra que a ontogênese remonta à filogênese. Neste contexto, a angústia seria o “resíduo” que atesta a revivência destes acontecimentos não simbolizados.

Em consonância com este miolo sem nome que, no entanto, se transmite através das gerações, em “Moisés e o Monoteísmo” (FREUD, 1939), considerado um dos textos “antropológicos” de Freud, o autor fala em “verdade histórica e a verdade filogenética”, localizando como tarefa analítica trazer à luz “o núcleo da verdade histórica das formações do inconsciente”. A análise propõe a tarefa incessante e fragmentária de

fazer falar um passado imemorial que não deixa de se fazer ouvir. Freud chamou de “fósseis de referência” os traços sobre os quais os sujeitos constroem suas narrativas.

Desta maneira, entendemos que Lacan se apropriou de Freud e considerou como “herança” aquilo que o Outro deixa para cada sujeito, ou seja, aquilo que a estrutura de linguagem consegue construir em torno desta falta estrutural, originária. Assim, a herança seria a falha estrutural que permite o advento do sujeito, ou seria o “tesouro dos significantes” que, embora faltoso, antecedeu qualquer possibilidade de sujeito? Interessante notar que as duas dimensões andam amalgamadas.

Com Lacan sabemos que só é possível ao sujeito articular-se nos intervalos dos significantes, em cujos vãos podemos perseguir alguma verdade: “...sem o significante no começo é impossível articular a pulsão como histórica” (LACAN, 1959-60: 261). Este dito nos remete à clínica da linguagem como norte, e portanto, também ao Real³ que lhe é constitutivo.

A partir dos desafios da clínica podemos localizar como cada um toma para si os postulados gerais ideologicamente veiculados. A afirmativa de Lacan que articula a pulsão à via significante, nos aproxima da discussão histórica, e porque não dizer política, que envolve esta veiculação ideológica e a discussão acerca das instituições sociais, inclusive a psiquiátrica.

A discussão ideológica que perpassa a clínica, historicamente acompanhou o tratamento dos transtornos psiquiátricos, inclusive sua invenção, pois até determinado momento, a loucura não era objeto de tratamento, mas apenas de exclusão, assim como doenças contagiosas ou comportamentos condenados socialmente.⁴ Na clínica psicanalítica a ênfase recai sobretudo na questão da particularidade das escolhas (ainda que inconscientes), ou seja, na responsabilização radical do sujeito enquanto tal, que só existe *extimamente* - neologismo lacaniano para enfatizar quão a divisão interioridade/exterioridade é enganosa pois, no que diz respeito à constituição subjetiva, o que é mais íntimo ao sujeito é o que lhe vem da exterioridade; trata-se portanto de uma “exterioridade íntima”.

³ O Simbólico, o Imaginário e o Real seriam os três registros essenciais da realidade humana “O Simbólico remete simultaneamente à linguagem e à função compreendida por Lévi-Strauss como aquela que organiza a troca no interior dos grupos sociais; o Imaginário designa a relação com a imagem do semelhante e com o corpo próprio; o Real, que deve ser distinguido da realidade, é um efeito do Simbólico: o que o Simbólico expulsa, instaurando-se” (LACAN apud CHAVES, 2009).

⁴ Acerca da história da loucura, ver o clássico de Foucault e os autores da Reforma Psiquiátrica, tal qual Paulo Amarante (AMARANTE, 1995).

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

Poderíamos tentar traçar uma analogia entre o movimento simbólico da cultura (*Kultur*, termo freudiano pra designar civilização), cuja dialética nos “compromete com” e o que Lacan formalizou conceitualmente como “Outro”: dimensão remetida à linguagem que nos antecede e inaugura o Sujeito, justamente porque não se totaliza, dimensão atravessada pelo corte do Real, ou seja, aquilo que resta sempre inapreensível, frente ao que o Sujeito se estrutura como resposta. O Sujeito seria a ordem inédita cavada no Outro da linguagem a partir deste corte, do vazio.

De acordo com Elia, caberia, entretanto, a diferenciação “...entre a categoria de Outro e a ordem social e cultural. Essa ordem é eivada de valores, ideologias, princípios, significações, enfim, elementos que a constituem como tal, no *plano antropológico*”(grifo nosso)(ELIA, 2004: 40). Já o Outro, é uma ordem significativa e inconsciente, transmitida nas relações sempre “para além” do que se pretende deliberadamente. Uma forma interessante de visualizar esta distinção seria pensar que o Outro é o social menos um (Outro = Social - 1). Isso quer dizer que apesar de todos os elementos significativos ordenados na família e na sociedade, o que possibilita o sujeito é justo que eles não sejam meramente incorporados como estímulos ou fatores sociais de determinação. O que chega a ele é um conjunto de marcas materiais e simbólicas (significantes) que suscitarão um ato de resposta que se chama sujeito.

Fundamental percebermos como a palavra “ordem” aparece repetidamente. Uma outra forma de definição possível do Outro seria entendê-lo como um recorte feito de modo singular numa cena que já era humana, social e cultural. Tomemos a relação de quem cuida (a mãe e tudo aquilo que ela traz como marca) da aparição de quem chega nesta cena (o recém-nascido): a mãe transmite algo que não sabe que o faz e para além do que pretende, ou seja, também fora marcada pela dimensão da falta, do vazio do não-senso e, desta fenda entre os significantes, advém o sujeito. Sem tal falta, não haveria sequer espaço para o desejo de ter um filho, por exemplo; é este desejo que por sua vez marcará este filho. É o espaço entre significantes, ordenados porém sem sentido fechado, que propicia surgir originalmente o sujeito. É a falta que precisa ser transmitida na dupla dimensão de quem passa e de quem recebe.

Na sequência deste raciocínio, se considerarmos também a cultura como uma construção, como um certo saber instituído, no entanto relacionado à dimensão do inconsciente (considerando que dos desencontros produzidos pela linguagem não se escapa), este plano nomeado acima como “plano antropológico” nos interessa e nos faz interrogar como a lógica do inconsciente se faz presente nas escolhas “cotidianas” da

vida, lembrando da existência corriqueira do inconsciente relatado por Freud no título da obra “Psicopatologia da Vida Cotidiana”. Ou seja, pensemos a incidência do inconsciente em toda e qualquer produção humana, seja diretamente (manifestações da pulsão, sintomas, sonhos...), seja indiretamente, como as sublimações ou até mesmo nos comportamentos defensivos que se colocam do lado do recalque e assim interfiram amplamente nos trajetos dos sujeitos, assim como nas formas que constituíram suas organizações culturais.

Acreditamos ser viável a aproximação entre os planos antropológico (valores, ideologias, significações...) e da Memória Social, pela via da abordagem da memória como construção (no sentido anteriormente apontado por GONDAR), a partir de valores e não como uma verdade acerca do fato que se passou.

Assim, poderíamos dizer que a Psicanálise ficaria mais do lado da concepção processual de “construção”, sem no entanto desconsiderar o “construído” até então. Isto que fora construído, se constituiria como o solo simbólico, terreno do Outro que antecede o Sujeito e do qual se parte.

Considerando as colaborações de Halbwachs, observamos que o autor privilegiou a memória como um mecanismo racional, onde a “memória coletiva” seria obtida através do “consenso mínimo para o funcionamento da vida social (...) com base em acordos tácitos e contratuais entre indivíduos singulares” (ABREU In GONDAR e DODEBEI, 2005:35). Poderíamos afirmar que a Psicanálise nega isso? Viemos ao longo deste texto tentando articular quão necessário é para a natureza linguística do homem sua inserção simbólica numa ordem maior que o anteceda, assim como as implicações disso para a sua própria estruturação psíquica.

De que maneira aquilo que é estável, favorecido por Halbwachs em sua teoria da memória e o que é instável, apontado pela Psicanálise (já que preconiza as tensões permanentes, por exemplo, o paradoxo sustentado entre identidade e alteridade), poderiam ser postos em diálogo?

Para Halbwachs, acerca do que elaborou enquanto “memória coletiva”, haveria uma estabilidade relativa à manutenção de valores de um grupo, ou seja, uma memória consensual minimamente necessária ao funcionamento da vida social, no entanto afirmando que “sempre levamos conosco certa quantidade de pessoas” (HALBWACKS, 1950:38), diferenciando inclusive a memória histórica (datas, história aprendida, etc.) da memória vivida, o que o autor relaciona à transmissão e à tradição. Desta maneira, a memória seria algo em movimento constante.

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

Em nosso ponto de vista, esta concepção não seria incompatível com o laço social em sua vertente simbólica, embora a ela se agreguem reflexões relativas às vertentes imaginária e real na abordagem da questão. Podemos considerar que é papel do analista decifrar o movimento simbólico da civilização enquanto efeito da língua. Descrito desta maneira, a ênfase recai sobre o caráter dinâmico das construções simbólicas da civilização, cujo movimento afetaria todos de alguma maneira, inclusive o analista. Por outro lado, a Psicanálise postula que as produções inconscientes subjazem ao movimento simbólico, com efeitos diretamente relacionados às formas que a civilização conta para lidar com elas.

Sob esta perspectiva, a cultura não seria uma verdade de uma vez por todas constituída, cabendo a nós somente acessá-la, como pode fazer parecer as vertentes mais historicistas da cultura, as memórias estáticas dos museus ou mesmo a modalidade do saber científico que postula verdades absolutas aguardando constatação, mas algo permanentemente produzido, não sendo possível uma mera descrição do mundo tal qual se apresenta, mas um atravessamento inerente as nossas posições subjetivas.

Polarizando aquilo que acreditamos estar imbricados: haveria tanto algo já estabelecido (porém não-todo, ou seja, não pleno e não definitivamente), quanto algo em permanente movimento, justamente por não conseguir completa nomeação ou lugar, por não ter sentido e “nem nunca terá” e por isso prossegue em repetidas buscas, fazendo da ausência, causa.

Gostaríamos de retomar a questão da ausência enquanto causa em outro contexto que não estritamente psicanalítico: encontramos esta concepção numa aula proferida por Foucault, onde questiona as instituições e discursos socialmente veiculados, no entanto articulando a isso a questão do desejo (o que associaremos aqui à posição subjetiva inconsciente). Posteriormente soubemos que a fala de Foucault fora produzida durante um período de interlocução com Lacan, o que corrobora a impressão de estarem de fato abordando assuntos que se relacionam intimamente: a constituição inerente da produção dos discursos a uma falta da qual se originaria - “a ausência é o primeiro lugar do discurso” (FOUCAULT apud ALBERTI In RINALDI e JORGE, 2002, p.44), assim como a estreita relação da questão discursiva e o estatuto do sujeito, que seria “função variável e complexa do discurso” (idem, p.46).

Nesta mesma época em que Foucault interroga o que é um autor, Lacan convoca a todos, desde 1968, a construir a *Scilicet*, revista em que se escrevia sem assinar, em

prol do rigor das ideias e não do discurso já socialmente estabelecido (na ocasião, referia-se ao que chamava “discurso universitário”, o qual criticava).

Nestas passagens observamos um “diálogo” que nos remete à articulação que viemos tentando traçar, entre aquilo que escapa ao instituído socialmente (e portanto relacionado aos conceitos de simbólico e histórico), e o que do instituído não se pode prescindir. Os personagens seriam o desejo e a instituição:

O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo (...). E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (FOUCAULT, 1996, p. 7).

E assim, referido aos “nós” do laço social, Foucault denomina como da ordem do desejo algo que associamos ao Sujeito e sua origem inominável e pulsional. Na obra anteriormente relatada o autor menciona que :

“Talvez seja tempo de estudar os discursos [...] nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, da valorização, de atribuição, de apropriação [...], a maneira pela qual eles se articulam nas relações sociais.[...] para apreender os pontos de inserção, os modos de funcionamento e as dependências do sujeito. [...] como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode ele ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer e obedecendo a quais regras? Em suma, trata-se de retirar do sujeito seu papel de fundamento originário e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. [...]. Quais as localizações aí preparadas para sujeitos possíveis? Quem pode preencher essas diversas funções de sujeito?”(FOUCAULT apud ALBERTI In RINALDI e JORGE, 2002, p.45-46).

Neste fragmento de texto, encontramos uma ampla interrogação acerca dos discursos. Cabe ressaltar, que não ignoramos as diferenças entre as mencionadas concepções teóricas: Foucault trata o discurso como acontecimento histórico e não como fenômeno linguístico, como o supomos na psicanálise lacaniana. No entanto, propomos aqui justamente apontar certa afinidade entre o papel da ausência apontada

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

por Foucault na constituição do discurso e o estatuto discursivo do sujeito lacaniano, onde a ausência enquanto furo é tomada em sua positividade e afirmatividade.

Gostaríamos de ressaltar também a interrogação feita por Foucault acerca das “localizações preparadas para sujeitos possíveis”, que nos remete à sua posição sobre a relação da identidade com a subjetividade.

Numa entrevista que fala sobre a política da identidade (FOUCAULT, 2004), o autor questiona a própria constituição da identidade como algo que não suplanta a subjetividade, o que nos leva a associar sua posição quanto à memória, ao estatuto que a Psicanálise também lhe confere, ou seja, algo que se aproxima do conceito de “diferença”, porém não sem relação com o universo das representações e dos saberes positivos constituídos historicamente. Tratar a questão da identidade como categoria a ser rompida, talvez diga a favor do inominável lacaniano e das maneiras como esta diferença absoluta se presentifica no mundo. O termo identidade faz referência ao ser igual a si mesmo. Mas, na concepção de sujeito tal como abordada pela psicanálise, esse “si mesmo” traz (em si) a diferença do Outro, por sua adesão à linguagem.

Por nossa vez, permanecemos considerando o Sujeito como “fundamento originário”, no entanto intimamente (*extimamente*) relacionado à “função variável e complexa do discurso”, para utilizar os termos foucaultianos. Seguindo estas articulações, Foucault também expôs de forma crítica a relação estabelecida historicamente entre o considerado “normal” e o que fora construído como loucura.

A nosso ver, por causa da íntima relação sujeito-Outro, as formas através das quais as sintomatologias se apresentam, seja na vida cotidiana, seja no modelo de tratamento que tudo medicaliza, se relacionam diretamente ao aparato cultural. O saber científico-medicamentoso tem servido a calar a dimensão existencial do sofrimento, numa versão às avessas da famosa fábula de Monteiro Lobato (LOBATO, 2011(1920) :31), na qual a “pílula falante” do Dr. Caramujo dá vigor à boneca, que então se humaniza.

Nesta fábula, o Dr. Caramujo fica imensamente feliz ao encontrar suas pílulas que haviam sido roubadas, pois sem elas não saberia curar. Foi tomando tal pílula que a boneca de pano Emília começou a falar “de um modo especial todo seu... sempre novidades”, pois de sabidas já bastavam a avó Dona Benta e a velha tia Anastácia. A boneca falava tanto que atordoava. Dr. Caramujo, “que trabalha cientificamente”, no entanto afirmou: “depois da falação, sossega e fica como toda a gente: isso é ‘fala recolhida’ que tem que ser botada para fora”.

Como em toda fábula, percebemos a transmissão de alguma mensagem relevante, no caso, a ironia quanto ao cientificismo e a indicação do precioso lugar da fala, além da alusão a própria questão daquilo que se transmite entre gerações, que inclui justamente a mistura entre o velho e a novidade, assim como caracteriza uma certa qualidade de memória denominada “memória viva”. Voltaremos a isso.

Voltemos ao sintoma, como aquilo que não se adapta perfeitamente ao social e que, além de revelar algo da singularidade de um sujeito, revela também um ponto de falência do social, ponto onde o social rateia. Apesar desse aparente descompasso com a dimensão da cultura, ou seja, mesmo sendo o sintoma uma produção que se apresenta na contramão daquilo que se adapta ao social, observamos que em cada época vigoram quadros sintomáticos cujas roupagens se apresentam como “da moda”, ganhando rótulos e jargões reconhecidos no seio do que esta mesma sociedade passa a acolher como parte constituinte de sua organização: “stress”, “pânico”, “depressão”, “problemas de memória”. Portanto, há tendências onde determinados atributos da subjetividade de uma época predominam coletivamente.

Denise Maurano identifica a ocorrência de uma “ambivalência com o trato da memória”, na medida em que haveria uma tendência atual de medicalizar extirpando o mal-estar, num claro apelo ao esquecimento, mas tb o empenho em desenvolver HDs sempre mais potentes, naturais e de prótese como se nada esquecer nos garantisse a permanência da nossa existência:

“...nos tempos atuais, temos a apologia aos psicofármacos indo por um lado na direção do apelo ao esquecimento, esquecer das tristezas, das tensões, dos medos, e por outro lado, o pavor do Mal de Alzheimer e a busca de ginkgo bilobas, nas mais diferentes versões, inclusive as virtuais, digitais, eletrônicas, buscando o aumento da capacidade de nossos HDs “orgânicos-funcionais” e de prótese” (MAURANO, 2013:12).

Segundo Andreas Huyssen (2000) há o aumento explosivo da memória (o que o autor denuncia como auto-musealização⁵) que “empilhada nos arquivos e comercializadas em massa” são mais facilmente esquecidas do que as “memórias vividas”. Assim o autor questiona se o medo de esquecer gera o desejo de lembrar ou o excesso de memória gera risco de implosão e portanto o medo de esquecimento.

⁵ A “auto-musealização” ocorreria através da memória narrativa atual - câmeras de vídeo, fotografias, restauração das cidades, comercialização da nostalgia, moda *retrô*, documentários, comemorações e memoriais, romances autobiográficos e históricos, assim como inclui a literatura psicanalítica sobre o trauma.

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

Walter Benjamin também nos traz uma importante colaboração a respeito de uma certa tradição, que poderíamos associar à “memória vivida”, mas que se rompe enquanto transmissão com consequências para o social. O autor descreve como os combatentes da guerra de 1914-18 tinham voltado silenciosos dos campos de batalha, “mais pobres em experiências comunicáveis” (BENJAMIN, 1936), o que ele não relaciona apenas aos horrores da guerra, mas ao repentino progresso e desenvolvimento da técnica que assim depuseram as referências simbólicas que até então organizavam o mundo e produziram uma nova forma de miséria. Esta “nova barbárie”, ao mesmo tempo que nos obriga a um novo começo, nos desampara no que diz respeito à ordenação do laço social. Para Benjamin, a ciência não instrumentaliza a cultura, mas a sobrepuja.

Tal qual as implicações do discurso moderno e da ciência sinalizadas por Benjamin, como os saberes por nós construídos incidem sobre nossa cultura e sobre a subjetividade? Para além das consequências das diferenças conceituais, como podemos efetivar o aspecto dinâmico da construção enquanto criação e nos instrumentalizarmos para a intervenção política em nossas instituições e funcionamento sociais?

Miriam Debieux Rosa em “Uma escuta psicanalítica das vidas secas”, texto no qual relata a experiência de escuta aos meninos de rua, nos faz atentar às diferentes condições de vida e suas possíveis implicações para os sujeitos, ao mencionar a grande parcela da população em “desamparo social”. Estes sujeitos muitas vezes são excluídos dos recursos institucionais organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade, o que pode propiciar o que chama de “desamparo discursivo”, pois “...as estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação de valores, ideais, tradições de uma cultura resguardam o sujeito do real” (ROSA. M. D. 2006: 42). O real na perspectiva psicanalítica, refere-se à crueza da impossibilidade de nomeação e sentido. Refere-se à aridez do não senso. Frente ao desamparo do ser falante, desta maneira agravado, o risco do traumático, do impossível de simbolizar seria duplo: tanto sua exposição à ocorrência é aumentada, quanto os recursos para sua elaboração encontram-se diminuídos.

No entanto, certamente não se trata de mais uma vez excluir o sujeito, privá-lo de sua escuta, de uma certa “oportunidade de sujeito”, por assim dizer. É sobre esta dimensão que nos interessa interrogar, causar uma curiosidade, uma vontade de saber sobre a posição subjetiva deste sujeito. É na perspectiva deste mais além que a palavra é convidada a comparecer, dizendo de outra maneira o que assola o sujeito, habitando o

mundo da linguagem, aliás, como a personagem do Sítio do Picapau Amarelo de Monteiro Lobato, a boneca Emília, para enchê-lo de graça. Portanto, dar voz ao sujeito supondo que ele é capaz de dizer algo de um lugar que lhe seja próprio, seria justamente o recurso proposto para que não seja objetificado, tal qual boneco de pano passível de descarte.

Há uma dimensão ética e política na escuta que visa propiciar que o Sujeito dê andamento às articulações significantes, reproduzindo-as ou modificando-as, e possibilitando a ruptura de identificações imaginárias congeladas, que muitas vezes atribuem lugares excludentes e marginais a determinadas classes de sujeitos, lugar de resto social que comumente lhes são atribuídos.

Ou seja, os discursos tem a função de refrear o gozo. Podemos relacionar o conceito de gozo àquilo que da pulsão resiste ao encontro com a linguagem. Desde que o homem tornou-se humano, ou seja, deixou de ser guiado pelo instinto biológico para se lançar no universo dúbio da linguagem, sempre passível de mal-entendidos, sua “natureza” passou a ser marcada tanto pela significação quanto pela ausência desta.

O funcionamento social e as estruturas discursivas que aí circulam conferem lugares ao gozo; por exemplo: o uso de substâncias psicoativas (legalizadas ou não), o consumo desenfreado de objetos no capitalismo, a violência praticamente institucionalizada à população pobre, etc..

A própria linguagem é fundada pela impossibilidade de se definir completamente e é isso que nos move a uma busca permanente, assim como impele na direção daquilo que nos satisfaz. A satisfação está ligada aos primeiros registros de prazer (objeto perdido - *Das Ding*, e seu correlato metonímico, ou seja, algo que por uma correlação de linguagem foi se associando a esta coisa perdida e sem nome, sendo chamado por Lacan de “objeto a”). Esta primeira perda passa a ser referencial, inapreensível na realidade, mas permanentemente perseguido. Tais buscas tendem portanto à eterna repetição, pois algo insiste em não se inscrever; esta modalidade silenciosa da pulsão foi chamada por Freud de “pulsão de morte”. Assim, a satisfação plena só seria possível com a morte; o gozo vem a ser índice deste impossível, que no entanto é justamente o que impele à criação pois, a repetição aparece tanto no discurso quanto no que é alheio a ele, revelando sua precariedade e insuficiência.

Talvez uma das maiores contribuições da Psicanálise seja, ao supor a pulsão de morte e o que Lacan conceitualizou como gozo (seu equivalente linguístico), poder

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

constatar os seus efeitos na vida e na sociedade, assim como buscar formas menos danosas de lhes dar vazão, inevitável destino.

Algo tão complexo, que resta impossível de ser descrito, necessita tantos discursos quanto forem possíveis para abordá-lo. Vera Dodebei e Jô Gondar fazem a seguinte argumentação com relação a Memória Social como objeto de estudo:

O campo [...] é inter ou transdisciplinar (conforme a interpretação dada a cada um destes termos) e seus conceitos se produzem no entrecruzamento ou nos atravessamentos que ocorrem entre as disciplinas. Para isso, não basta que as especialidades sejam postas em diálogo. Na verdade trata-se mais de uma fecundação que de uma conversa democrática - e uma fecundação, como sabemos, jamais é democrática, e sim problemática. Há fecundação entre disciplinas quando as perguntas produzidas no interior de cada uma delas atravessam suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas (GONDAR e DODEBEI, 2005:7/8).

Enfatizar a operacionalidade da falta é o que dá a psicanálise seu estatuto singular no campo do saber. O não saber é inerente tanto a sua construção teórica quanto a sua prática clínica, ou seja, é inerente a sua ética. Isso a vocaciona à interlocução, não para vir com outras a constituir um saber total, mas para promover trânsito entre os saberes. Daí a ideia da transdisciplinaridade.

Concluindo, a meu ver, esta proposta de atravessamento de fronteiras em prol da abordagem de novos objetos seria pertinente também ao campo da Memória Social ao considerar o objeto faltoso que nos constitui, refletindo sobre seus efeitos nas coletividades e na civilização. Afinal, frente à vertente silenciosa, violenta e mortífera, a “fecundação”, por mais “problemática” que possa ser, constituiria belo recurso.

Referências:

ALBERTI, S. Psicanálise e Universidade e a instauração de discursividades. In: RINALDI, D., JORGE, M.A.(orgs.). *Saber, verdade e Gozo: leituras de O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan*, Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

AMARANTE, P. (org). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE / ENSP, 1995.

BENJAMIN, W. Obras escolhidas. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BROUSSE, M-H. *O inconsciente é a política*. Seminário Internacional. Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

COSTA, J. As éticas da Psiquiatria. In: *Ética e Saúde Mental*. FIGUEIREDO. A.C. e FERREIRA, J. (org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

ELIA, L. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Psicanálise passo- a- passo n° 50.

FOUCAULT, M.. *História da Sexualidade I - A vontade de saber*, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *A ordem do discurso* (1971). Edições Loyola, São Paulo, 1996.

_____. Michael Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política da identidade in **Verve**, n.4, 2004, p.260-277 (trabalho original publicado em 1984). Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verve/n5/verve5-2004.pdf>. Acesso em: julho de 2015, às 17:30.

FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

_____. (1886-1899) *Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos*. v.I.

TRANSDISCIPLINARIDADE: relações fecundas entre psicanálise e memória social

_____. (1916 -1917 [1915-1917]) *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, parte III, v. XVI.

_____. (1924) *A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose*. v.XIX.

_____. (1939 [1934-38]) *Moisés e o Monoteísmo*.v. XXII.

GONDAR, J. e DODEBEI, V. (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HABWACHS, M. *A memória coletiva* (1950). São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro:Aeroplano. 2000

LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOBATO, M. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Globo, 2011.

MAURANO, D. *O mal-estar na memória*, inédito.

ROSA, M. Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. In: **Textura** - Revista de psicanálise. São Paulo: Publicações das Reuniões Psicanalíticas; Ano 2 / n. 2 / 2002, p. 42-47.

ZENONI, A. **Abrecampos** - Revista de Saúde Mental do Instituto Raul Soares, Belo Horizonte, 2000, v.1.

**TRANSDICIPLINARITY: FRUITFUL RELATIONS BETWEEN
PSYCOANALYSIS AND SOCIAL MEMORY**

ABSTRACT:

The discussion on the disciplinary orders existing in society has to do with both ideological and political issues as well as the subjective arrangements to them anchored; thereby, I propose to discuss historical constructions and psychic structuring as dimensions inherent to one another, making use of considerations of social memory as a bearer of this interface. In order to achieve that, the disciplinary discussion is brought to the core of mental health care practice, which paradoxically reproduces socially valued discourses, in spite of having as occupation the handling of singularities, very often estranged from the social pact, but liable to being admitted into the psychoanalytic clinic, where there can be witnessed the effects of unconscious productions in the discourses of patients.

KEYWORDS: Social Memory. Subjectivity. Psychoanalysis.

**TRANSDISCIPLINARITÉ : RELATIONS FÉCONDES ENTRE
PSYCHANALYSE ET MÉMOIRE SOCIALE**

RÉSUMÉ:

La discussion des ordres disciplinaires présents dans la société concerne aussi bien les questions idéologiques et politiques que les arrangements subjectifs ancrés en elles. Aussi nous proposons-nous de discuter les constructions historiques de notre société et la structuration psychique des sujets qui la composent en tant que dimensions inhérentes les unes aux autres, en recourant aux considérations provenant du domaine de la Mémoire sociale comme étant fécondes pour cette interface. Dans ce but, nous amenons la critique de la position disciplinaire au coeur de la pratique en Santé mentale, opération qui abrite le paradoxe de reproduire les discours socialement valorisés, mais qui a pour métier le maniement des singularités, souvent écartées du pacte social, mais susceptibles d'être accueillies par la clinique psychanalytique, d'où nous constatons les effets des productions inconscientes dans les discours.

MOTS-CLÉS: Mémoire sociale. Subjectivité. Psychanalyse.

Recebido em: 12-03-2015

Aprovado em: 17-05-2015

©2015 Psicanálise & Barroco em revista

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista